

‘Nem’, vale a pena saber como funciona: uma proposta de formalização para o ‘nem’ acionador de concessividade no português brasileiro

Isaac Souza de Miranda Junior¹

Jane Elder Girardi²

Dirceu Cleber Conde³

Resumo: O presente artigo pretende analisar, com base nos pressupostos teóricos da Semântica Intensional (ROTH, 1992; KRATZER, 2012), na metalinguagem da Semântica Formal (PARTEE, 1976) e na Pragmática (LEVINSON, 2007; GRICE, 1975), enunciados condicionais concessivos que contenham o operador *nem* como negação acionadora de concessividade no português brasileiro (*Nem que corra/Nem correndo, João pegará o ônibus*), a fim de postular um possível funcionamento formal para casos como os exemplificados aqui. Para tanto, realizamos uma revisão acerca do *nem*, com o objetivo de elucidar seu caráter negativo e suas características de *foco* e *escalaridade*⁴, objeto sobre o qual a presente análise se debruçou mais detidamente. Também demonstraremos como a escala pragmática

1 Possui mestrado em Linguística pela Universidade de São Paulo (2012) e doutorado em Linguística pela Universidade de São Paulo (2017). Possui graduação em Licenciatura em Letras (Português / Inglês) pelo Centro Universitário Fundação Santo André (2004). Atualmente é pós-doutoranda na Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Teórica e Psicolinguística, atuando principalmente nos seguintes temas: foco / tópico, estrutura informacional, semântica formal, implicaturas conversacionais e pragmática formal. O presente artigo foi desenvolvido com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), através do Auxílio a Projeto de Pesquisa. Processo n. 2018/17642-9, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

2 Doutoranda em Linguística pela UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), com foco no desenvolvimento de um método de ensino de conceitos linguísticos. Mestrado em Linguística pela UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), com ênfase em Ensino de Conceitos Linguísticos por meio da intuição e gramática internalizada. Orientanda do Prof. Dr. Dirceu Cleber Conde e integrante do GESer - Grupo de Estudos de Semântica Referencial da UFSCar. Possui graduação em Letras com habilitação em português e inglês pela Faculdades Integradas de São Carlos - FadisC (2005). Possui graduação em Pedagogia pela UNIFRAN (2016).

3 Possui graduação em Letras - Habilitação em Português pela Universidade Estadual de Maringá (1998), mestrado em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000) e doutorado em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (2008), com estágio doutoral na Université Paris III - La Sorbonne Nouvelle, Pós-Doutorado na Michigan State University (2015-2016). Atualmente é professor Adjunto com Dedicção Exclusiva na Universidade Federal de São Carlos - SP.

4 “Escarlaridade é a noção semântica que se aplica quando entidades ou propriedades podem ser ordenadas em uma escala[...].” (BAKKER, 1988, p. 29, tradução adaptada pelos autores).

de elementos possíveis envolvida nos enunciados condicionais concessivos com *nem* pode ser ordenada em função de mundos possíveis com base nas propostas de Roth (1992) e Kratzer (2012).

Palavras-Chave: Condicionais. Concessividade. Modalidade. Negação. *Nem*.

O presente artigo pretende descrever e analisar o operador *nem* em enunciados condicionais concessivos do português brasileiro (por exemplo: *Nem correndo/Nem que corra, João pegará o ônibus*). Mesmo que existam trabalhos discorrendo sobre enunciados com o *nem* (OLÍMPIO, 2005; MIRANDA, 2008; FONTES, 2016; CANCEIRO *et al.*, 2018; CAVAGUTI, 2018; CONEGLIAN, 2019), nenhum deles é voltado especificamente para o comportamento do *nem* em condicionais concessivas.

Em relação ao operador, é possível encontrar descrições generalizadas (OLÍMPIO, 2005), descrições em função de sentenças condicionais (MIRANDA, 2008; CONEGLIAN, 2019), citações em trabalhos sobre condicionais concessivas (FONTES 2016; CAVAGUTI, 2018) e descrições do caráter aditivo, em sentenças coordenadas, do operador (CANCEIRO *et al.*, 2018), mas nenhum dos trabalhos é específico quanto ao funcionamento do *nem* em condicionais concessivas. Assim, propomos nossa análise, a fim de complementar os trabalhos citados e aumentar a quantidade de informação disponível sobre o operador.

A análise será pautada na Semântica Intensional (ROTH, 1992; KRATZER, 2012), um desdobramento da Semântica Formal (PARTEE, 1976) que visa ao estudo das diferentes interpretações de sentenças em função de diferentes mundos possíveis de avaliação, ou seja, as diferentes projeções de uma sentença relativas a tempo e modalidade.

Desse modo, este artigo organiza-se da seguinte maneira: na primeira seção, apresentamos as características descritas na literatura normativa sobre o *nem* (negação, coordenação e escalaridade). Também discutiremos, na primeira seção, trabalhos que fazem uso do critério de

concessividade para analisar o operador (CAVAGUTI, 2018; CONEGLIAN, 2019) e explicaremos os conceitos que envolvem o operador em questão de: *escalaridade*, por meio de Grice (1985); *foco*, por meio de Roth (1992), e *escopo*, por meio de Horn e Wansing (2015).

Na seção dois, realizaremos uma discussão sobre modalidade, com base em Kratzer (1979; 2012), para que possamos, na terceira seção, discorrer sobre como enunciados condicionais concessivos que contenham o *nem* exprimem modalidade e condicionalidade, conforme Kratzer (1979; 2012) e Cavaguti (2018), evidenciando a força modal, a base modal e a fonte de ordenação envolvida no modal dos enunciados. Também demonstraremos, com base em Kratzer (2012) e Roth (1992), uma proposta de ordenação parcial do conjunto de elementos possíveis originados com base no *foco* do operador, a fim de demonstrar a escala envolvida na interpretação do *nem* em função de mundos possíveis. Por fim, utilizaremos a interpretação dos enunciados condicionais concessivos construídos por *nem* para propor um funcionamento formal para o operador.

Sobre o ‘nem’

As características mais descritas acerca do *nem* pela literatura normativa (ALMEIDA, 2005; CUNHA; CINTRA, 2008; BECHARA, 2009) são seu caráter negativo e o seu comportamento como elemento de coordenação negativa. Mesmo que as ocorrências como elemento de coordenação estejam fora do escopo do trabalho, o caráter negativo do *nem* está presente na esmagadora maioria de suas ocorrências, salvos os casos das ocorrências em locuções preposicionais comparativas⁵ (VIEIRA; SOUZA, 2015). Assim, faz-se necessário, para uma revisão acerca do *nem*, uma breve reflexão sobre o funcionamento da negação.

5 Por exemplo: *Pedro é inteligente que nem João*

A *negação* é um proeminente elemento das línguas naturais, tão destacado que existem diversos trabalhos sobre esse tema (SPERANZA; HORN, 2010; HORN; WANSING, 2015; WANSING, 2017; LAKA, 2019; entre muitos outros), discutindo suas peculiaridades lógicas, semânticas e sintáticas nas línguas naturais. Ela é, em sua forma lógica, um operador que inverte o valor de verdade de uma proposição ou ainda age sobre o valor de sintagmas adverbiais ou adjetivais. Em se tratando de proposições, o seu valor se inverte, como no caso de afixos negativos (*in-feliz*) ou palavras de polaridade negativa (*jamais*). Dada a complexidade do tema, vamos lidar com o *nem* negativo, excluindo algumas outras formas de negação, como se observará no texto. No caso da negação por elementos lexicais como *não* e *nem*, o *escopo* é muito relevante, ou seja, o elemento atingido pela influência da negação.

As línguas naturais exprimem duas formas de escopo: o escopo amplo e o escopo restrito (HORN; WANSING, 2015). O escopo amplo, também conhecido como sentencial, ocorre quando a negação opera sobre toda a sentença, como em (1); e o escopo restrito, ou simples, quando ela opera sobre apenas um constituinte (2):

(1) A empreiteira não construiu o prédio⁶.

(2) A empreiteira não construiu o prédio rapidamente.

Em (1), a negação ocorre com o escopo amplo, ou seja, sua presença inverte a proposição da sentença: *A empreiteira construiu o prédio* (P) \Rightarrow *A empreiteira não construiu o prédio* (\neg P). Já em (2), tem-se um exemplo de negação com escopo estreito, isto é, a presença da negação não nega a proposição da sentença, mas apenas o advérbio de modo (*rapidamente*).

Os elementos negativos não estão limitados a ocorrerem somente

6 Todos os exemplos do texto são oriundos da introspecção dos autores.

como equivalentes à negação lógica (\neg) nas línguas naturais, mas podem expressar outras características semânticas. Os elementos *ninguém*, *nenhum* e *nunca*, por exemplo, carregam, além da negação lógica, características de *pessoa*, *quantidade* e *tempo*, respectivamente:

(3) Ninguém foi à festa.

Não houve pessoas que foram à festa.

(4) Nenhum aluno passou na prova.

Não houve alunos que passaram na prova.

(5) Nunca vá a este lugar.

Não vá a este lugar em momento algum.

Assim como os elementos citados, o *nem* não funciona apenas como uma equivalência à negação lógica. Um grande reflexo disso é o fato de que gramáticas tradicionais o descrevem como elemento de coordenação negativa⁷, ou seja, um elemento que realiza coordenação entre constituintes, mas que precisa concordar com a polaridade negativa das sentenças:

(6) O Pedro não foi à festa nem ao mercado.

(7) A Núbia não foi à festa nem o Pedro.

Nesses exemplos, o *nem* funciona como um *e*, conjunção prototípica, que adiciona um constituinte negativo:

(6') O Pedro_i não foi à festa e o Pedro_i não foi ao mercado.

(7') A Núbia não foi à festa e o Pedro não foi à festa.

Entretanto, existem outras características envolvendo o operador.

7 Para um trabalho sobre descrição do *nem* coordenativo o leitor pode consultar Canceiro et al. (2018). Mesmo que o trabalho seja voltado ao português europeu, existe uma grande similaridade com os usos no português brasileiro.

Trabalhos como Olímpio (2005) e Cavaguti (2018) trazem o *nem* listado como um elemento focalizador que tem como característica essencial a noção de escalaridade. Um *elemento focalizador* é uma marcação lexical para *foco*, que, por sua vez, se refere a “[...] um conceito discursivo que se aplica ao constituinte que veicula informação nova na sentença.” (MIOTO, 2014, p. 1).

Para a Semântica Intensional (ROTH, 1992, p. 65), a interpretação de um *foco* é um conjunto de elementos paralelos ao enunciado que permitem outras interpretações além da interpretação do enunciado. Ou seja, a interpretação de *foco* em um enunciado *S* é o conjunto de variáveis no domínio do elemento focalizado que podem substituí-lo, a fim de gerar uma interpretação distinta da interpretação *S*, como exemplificamos em (8):

(8) Nem correndo, o João pegará o ônibus.

No exemplo, o verbo *correr* é o elemento focalizado pelo *nem*. Assim, o conjunto gerado pelo *foco* seria o conjunto de todas as variáveis, dentro do domínio do elemento focalizado, que poderiam substituir o verbo *correr* em *Nem correndo o João pegará o ônibus*. Como exemplo, o conjunto originado seria o conjunto de verbos possíveis para a substituição da forma *correr* no contexto (*caminhar, engatinhar, teletransportar*, etc).

Já sobre a “escalaridade” presente no *nem*, Olímpio (2005, p. 962) assera que o *nem* é “uma partícula de *foco* escalar que se associa a um elemento, projetando-o em uma escala pragmática o que gera implicaturas convencionais”; ou seja, *nem* é uma partícula que, ao associar-se a um outro elemento, destaca-o como *foco*, gerando uma escala pragmática com base no elemento focalizado. Desse modo, “o valor dado pelo elemento focalizado por *nem* é o mais provável de satisfazer a sentença aberta relevante.” (OLÍMPIO, 2005, p. 964).

Uma escala pragmática é originada de uma *implicatura escalar*. O

termo *implicatura* é oriundo do artigo *Logic and conversation* (GRICE, 1985), no qual o autor define esse termo como uma relação de significado construída por uma série de inferências realizadas por falantes, baseadas em seus conhecimentos comuns compartilhados (*common ground*). A implicatura é uma relação do tipo $P \rightsquigarrow^8 Q$, na qual uma sentença terá uma interpretação distinta ou complementar ao seu conteúdo semântico

Implicaturas escalares são um tipo específico de implicatura, sendo implicaturas conversacionais generalizadas que, segundo Levinson (2000, p. 156), “surgem sem que seja necessário nenhum contexto específico ou roteiro especial” e são acionadas por elementos linguísticos específicos. Um exemplo de implicatura conversacional generalizada é a implicatura gerada por *um(-a)* presente no exemplo (9):

(9) Pedro entrou em **uma** casa.

Em virtude da existência de *um(-a)* em (9), podemos imediatamente supor que a casa em que Pedro entrou não era a casa dele.

As implicaturas escalares consideram uma escala de elementos linguísticos $E(e_1, e_2, e_3 \dots e_n)$ de maneira que, ao implicar-se algo para um elemento e_n , essa mesma implicatura é aplicada a todos os elementos $e_{m < n}$ (LEVINSON, 2007, p. 164-165), ou seja, se algo é implicado para o elemento de índice 3 da escala, todos os outros elementos com índices menores também receberão essa implicatura. Podemos observar esse tipo de comportamento entre os quantificadores *todos*, *metade* e *alguns* que formam uma escala $\langle \text{alguns}_1, \text{metade}_2, \text{todos}_3 \rangle$: se *todos os alunos foram à aula* é verdadeira, logo, sabe-se que *metade dos alunos foram à aula* e que *alguns alunos foram à aula* também são verdadeiras.

Essa característica permite que a implicatura seja cancelável apenas

8 P implica em Q, optou-se por utilizar “ \rightsquigarrow ” para implicatura griceana no lugar de “ \rightarrow ”, uma vez que a implicação lógica, ou material, (\rightarrow), exprime características distintas das implicaturas conversacionais

para elementos de índices maiores na escala, por exemplo:

(10) Nem correndo, João pegará o ônibus.

(11) (?⁹) Nem correndo, João pegará o ônibus, mas, se ele engatinhar, ele consegue.

(12) Nem correndo, João pegará o ônibus, mas se ele voar ele consegue¹⁰.

Mesmo que (11) seja uma sentença gramaticalmente bem formada, ela é pragmaticamente anômala¹¹. A informação adicionada pela oração coordenada adversativa não remove a implicatura presente em (10) (*Não importa o que João faça, ele não pegará o ônibus*), uma vez que a relação *correr e pegar o ônibus* tem um índice maior que *engatinhar e pegar o ônibus* na escala. Entretanto, em (12) a implicatura é cancelada, uma vez que *voar e pegar o ônibus* tem um índice maior que *correr e pegar o ônibus* na escala.

Porém, saber que essas relações têm índices maiores e menores entre si é uma dedução ingênua, ou seja, ela parte de uma interpretação informal dos índices de cada elemento na escala. Sendo assim, não existe nada nessa interpretação que descreva como a escala é construída e nem como os elementos estão classificados nela. Proporemos, nas seções futuras, uma medida quantitativa para que se possa exprimir a ordenação e os elementos da escala.

Ainda sobre o *nem*, é possível encontrar em gramáticas tradicionais, como Cunha & Cintra (2008), e em trabalhos, como Miranda (2008), Fontes (2016) e Coneglian (2019), *nem que* listado como acionador concessivo

9 Notação para pragmaticamente anômalo.

10 Para alguns falantes, o exemplo (12) pode parecer pragmaticamente inadequado, fazendo com que a opção com *só* (*Nem correndo, João pegará o ônibus, só se ele voar*) seja é mais aceitável. No entanto, para outros falantes, inclusive os autores, ambas as formas são aceitáveis. Acreditamos que a predileção de alguns falantes pela forma com o *só* ocorre pelo fato de que, assim como o *nem*, o *só* é um elemento focalizador (LONGHIN, 2002 e JUSTINO, 2018), tornando-o mais compatível com o *nem*. Todavia, independente da predileção de forma, a existência de uma ou mais sentenças que cancelem a implicatura é suficiente para demonstrar que a implicatura em (12) é cancelável.

11 Consideramos aqui pragmaticamente anômalo, assim como Levinson (2007, p. 8), uma sentença que exprime algum problema com relação ao encadeamento lógico referente ao mundo real.

presente em orações subordinadas concessivas.

Vale salientar que, mesmo que em (8) não esteja presente a forma *nem que*, a forma presente no exemplo é uma oração reduzida de gerúndio, sendo equivalente à forma *nem que* em (8’):

- (8’) a. Nem correndo, João pegará o ônibus.
- b. Nem que corra, João pegará o ônibus.

Um período composto que contenha uma oração subordinada concessiva é um enunciado que se utiliza de uma implicação concessiva. Podemos encontrar a demonstração da implicação concessiva em função da implicação tradicional em Coneglian (2019):

(01) Implicação lógica

Se $p \rightarrow q$

Ex: Se chover, não vou ao jogo.

(02) Implicação concessiva

Se $p \rightarrow$ normalmente $\neg q$

Ex: Embora chova, vou ao jogo.

(Se chove, eu normalmente não vou ao jogo.)

(CONEGLIAN, 2019, p. 29)

Aplicando essa definição em (8’), ou em sua forma completa *nem que* + *V*, (8b), é possível demonstrar a concessividade presente nesses enunciados¹²:

- (13) Nem que corra/Nem correndo, João pegará o ônibus.
Embora João corra, ele não pegará o ônibus.
(Se João/Alguém corre, ele normalmente pega o ônibus)

¹² Consideraremos que ambas as formas são equivalentes, assim, todos os próximos exemplos do texto utilizarão a forma reduzida de gerúndio.

Porém, *embora João corra, ele não pegará o ônibus* não capta a implicatura *não importa o que João faça, ele não pegará o ônibus*. A única forma de manter essa interpretação é substituir *nem que/nem* por *mesmo que/até*, sua contraparte escalar:

- (14) Nem que corra/Nem correndo, João pegará o ônibus.
Mesmo que corra/Até correndo, João não pegará o ônibus.
Não importa o que João faça, ele não pegará o ônibus.

Uma observação importante acerca de (14) é que o *escopo* da negação e o *foco* do *nem* não recaem sobre o mesmo elemento em enunciados condicionais concessivos. O exemplo (8), quando reescrito com elementos escalares não negativos, como em (14), demonstra que o *escopo* da negação recai sobre o verbo da oração nuclear (*pegar*) e o *foco* do *nem* recai sobre o verbo da oração satélite (*correr*).

Ainda sobre (14), Cavaguti (2018) afirma que enunciados com *nem que/nem se* não são apenas concessivos, mas são condicionais concessivos, uma vez que, além de conterem a implicação concessiva, também exprimem uma condição necessária e suficiente, para que a sentença nuclear seja verdadeira (se *p*, (então) *q*), de maneira que condicionais concessivas exprimem a seguinte relação¹³:

- (15) Se *p*, *q* | *p* → normalmente ¬*q*.
Se *p*, então *q*, tal que *p* implica em normalmente não *q*

Em que o elemento na sentença subordinada (*correr*), em (8), exemplifica a condição (*p*) para a sentença nuclear (*João não pegará o ônibus*) (*q*). Porém, como visto em (14), o *escopo* da negação em enunciados condicionais concessivos com *nem* recai na oração principal (*q*), de maneira

13 Usaremos a implicação concessiva de Coneglian (2019), *p* → normalmente ¬*q*, para a matriz de concessividade no lugar da proposta por Cavaguti (2018), normalmente, *p* → ¬*q*.

que a relação *Se p, q | p → normalmente ¬q*, é interpretada como:

(16) *Se p, ¬q | p → normalmente q*

Se p, então não q, tal que p implica em normalmente q

Assim, os dados sobre *foco, escalaridade, condicionalidade e concessividade*, levantados nesta seção, serão a base para a análise e para a proposta de formalização do significado de enunciados concessivos que contenham o *nem*.

Modalidade

Considerando-se o exposto nas seções anteriores deste trabalho, é necessário estabelecer o ferramental para lidar com a *condicionalidade* (se *p*, então *q*) e a *concessividade* presente em (16), a fim de lidar com *condicionais concessivos* com o *nem*. Para tanto, utilizaremos o ferramental da Semântica Intensional (VON FINTEL; HEIN, 2021). Mais especificamente, empregaremos a noção de *modalidade* referente à Semântica Intensional (KRATZER, 2012).

A Semântica Intensional (SI) é a abordagem que se vale dos princípios da Semântica Formal (PARTEE, 1976), explorando as relações de significado que extrapolam o sentido e a referência no conceito fregeano (FREGE, 2011) no momento presente de avaliação. A SI é responsável, portanto, pela avaliação de sentenças que não fazem referência a um *aqui agora*, mas, sim, à possibilidade de algo acontecer ou ter acontecido em função do tempo, modalidade, atitude e/ou condicionalidade. Nesse contexto, *modalidade* está relacionada com sentenças que discorrem sobre a possibilidade ou a necessidade de um evento acontecer. Segundo Kratzer (2012, p. 49), todo elemento modal é regido por três parâmetros: a base modal, a fonte de ordenação e a força modal.

A base modal é o conjunto de mundos possíveis nos quais a sentença modificada pelo modal será avaliada. Na definição de Kratzer (2012), existem duas possíveis bases modais: a base circunstancial e a base epistêmica. Uma base circunstancial vale-se do contexto imediato da conversação, ela é proveniente uma determinada quantidade de evidências em um contexto específico. Já a base epistêmica é determinada com relação ao conhecimento compartilhado entre os participantes de uma conversação.

A fonte de ordenação é um conjunto de proposições que organizam os mundos contidos dentro da base modal. A base modal limita a quantidade de mundos disponíveis para a interpretação da sentença, mas nela ainda estão contidos todos os mundos que contém apenas uma das proposições que constituem a base modal. Tomemos como exemplo as seguintes sentenças:

(17) Pedro tem que ser preso.

(18) Deve chover amanhã.

Enquanto, para o exemplo (17), a única informação necessária para compreendermos as condições em que *Pedro tem que ser preso* é “Pedro ter cometido algum crime”, em (18), existem diversos fatores que podem contribuir para que o falante acredite que irá chover no dia seguinte. A base modal referente ao exemplo (17) é uma base epistêmica, isto é, as informações necessárias para construir o conjunto de mundos de avaliação estão todas disponíveis dentro do conhecimento comum entre os participantes da conversação. Já a base modal referente ao exemplo (18) precisa de mais informação, para que possa construir o conjunto de mundos, ou seja, é necessário saber as condições climáticas e diversos outros fatores que levam o falante a acreditar que irá chover amanhã, fazendo com que a base não seja epistêmica, como em (17), mas, sim, circunstancial.

Para elencar o melhor mundo em que uma proposição é verdadeira,

a fonte de ordenação ordena os mundos de maneira que os melhores mundos respeitam uma série de proposições contidas em um determinado conjunto de regras, em que o melhor mundo respeita a maior parte e o pior respeita a menor parte, ou nenhuma. Para o caso de (17), a fonte de ordenação elencada é o conjunto de proposições constituído por uma legislação (uma base deontica), no qual o melhor mundo de avaliação é o mundo em que toda a legislação é seguida, logo não existem crimes, e o pior mundo é aquele em que o descumprimento das leis gera premiações para o contraventor. A fonte presente em (18) não segue um conjunto de leis ou relações predefinidas, mas reflete as crenças do falante com relação ao clima do dia seguinte, cujo tipo de fonte se chama teleológica. Nesse caso, o melhor mundo de avaliação é aquele em que as crenças do falante são seguidas “à risca”, enquanto o pior mundo é o mundo em que nada do que o falante acredita é real.

Kratzer (2012) e Oliveira e Scarduelli (2008) entendem que não existe um número definido para fontes de ordenação. No entanto Kratzer (2012) elenca ao menos quatro fontes mais salientes, sendo elas: deontica (referentes a normas e leis predefinidas); estereotípica (referente ao curso natural das coisas, ou seja, o que normalmente acontece); bulética (referente às vontades e aos desejos de um falante específico) e teleológica (referente às crenças de um falante específico).

A força modal está relacionada com o quão forte é a necessidade envolvida no modal, ou seja, do quão provável é a ação, indo de *necessariamente*, algo que sempre ocorre, até *talvez seja possível*, algo que muito provavelmente não ocorre. Segundo Kratzer (2012, p. 40), uma proposição é necessária quando ela é verdadeira em todos os mundos próximos ao melhor mundo definido pela fonte de ordenação, enquanto uma proposição é possível quando sua negação não é necessária com relação à fonte de ordenação e à base modal.

Línguas naturais têm diferentes elementos para exprimir graus

diferentes de possibilidade e necessidade. Advérbios como “provavelmente” e “possivelmente” exprimem uma relação de possibilidade, mas têm diferentes forças modais, sendo que o primeiro tem maior chance de acontecer que o segundo. Essa gradação não está limitada apenas aos modais de possibilidade, como também abrange os modais de necessidade, conforme é possível encontrar em Oliveira e Scarduelli (2008) a discussão sobre os modais *tem que* e *dever*, em que o primeiro exprime uma necessidade mais forte que o segundo.

Tomaremos para a nossa análise a proposta de Cavaguti (2018) de que sentenças condicionais concessivas são regidas por modalidade. Dessa forma, o acionador de concessividade *nem*, presente nessas construções, também exprime um comportamento modal. Ele se comporta como um modal de possibilidade que tem sua força modal definida por uma escala pragmática de elementos possíveis em função da relevância dos mundos possíveis de avaliação presentes, tanto na base modal quanto na fonte de ordenação, como será demonstrado na próxima seção.

Condicionais concessivas com ‘nem’

Cavaguti (2018, p. 72) descreve que condicionais concessivas contêm um modal epistêmico de necessidade, uma vez que a concessividade (algo não acontecer dado que normalmente acontece) está relacionada aos conhecimentos de mundo dos falantes. Desse modo, as condicionais concessivas são regidas por uma base modal epistêmica, ou seja, o conjunto de mundos possíveis relevantes baseados nos conhecimentos de mundo dos participantes da conversação. A autora também argumenta que a fonte de ordenação das orações condicionais concessivas será sensível à condição presente na sentença nuclear, havendo, por isso, diferentes fontes de ordenação, podendo ser elas: bulética (referente aos desejos do falante), deôntica (referente aos deveres dos participantes da conversação),

epistêmica (referente aos fatos do mundo real) ou teleológica (referente às crenças do falante).

Se aplicarmos a definição da autora ao nosso exemplo (8) (*Nem correndo, João pegará o ônibus*), verificaremos que, por tratar-se de uma condicional concessiva, a base modal de todo o enunciado será uma base epistêmica. Como o fato de que *João pegar o ônibus* está condicionado a *João correr*, ambas as sentenças têm o mesmo tipo de fonte de ordenação. Esse tipo, em (8), pode ser teleológico, considerando que o falante não acredite no condicionamento físico de *João*; bulético, considerando que o falante pretenda atrapalhar *João* a pegar o ônibus; ou estereotípico, considerando que normalmente se alcança um ônibus quando se corre.

Com isso, temos que (8) tem uma base modal epistêmica e pode assumir três diferentes tipos de fontes de ordenação; no entanto, ainda falta definir a força modal envolvida nele. Para isso, precisamos considerar tanto a condição **p** quanto a sentença nuclear **q**. Segundo Cavaguti (2018, p. 67), sentenças condicionais concessivas são regidas por dois modais em sua interpretação, um modal de possibilidade, vinculado à condição, e um de necessidade vinculado à sentença nuclear ($\diamond p \rightarrow \Box q$). A autora defende esse funcionamento considerando que, independentemente do valor estabelecido pela condição, a sentença nuclear sempre será verdadeira, para sentenças condicionais concessivas:

(19) Mesmo chovendo, vou à praia.

Em (19), *vou à praia* sempre será verdadeira, uma vez que, pela implicação concessiva, *chover implica normalmente eu não ir à praia*, e se, até mesmo nessa condição, “*eu vou à praia*” é verdadeiro, não existe nenhuma condição em que “*eu vou à praia*” é falso. Todavia, essa relação não é verificável em sentenças condicionais concessivas com o *nem*. Como visto no exemplo¹² (*Nem correndo, João pegará o ônibus, mas se ele voar ele consegue*), existe uma condição capaz de tornar falsa a sentença

nuclear. Logo, para esses enunciados, considerar “se p ” como um “ $\diamond p$ ” não é suficiente.

Para sentenças condicionais concessivas com o *nem*, propomos aqui que a implicação material ($\rightarrow \square q$) não seja vinculada ao modal de possibilidade, mas apenas à proposição da condição¹⁴:

$$(20) \diamond p \wedge p \rightarrow \square q$$

Dessa maneira, ainda é mantida a necessidade de verdade da sentença nuclear, mas é removida a necessidade de qualquer proposição, diferente de p , implicar q . Essa nova interpretação, além de permitir que a implicação presente nas condicionais concessivas com *nem* seja cancelada, não impede que a interpretação proposta por Cavaguti (2018) seja verdadeira. Uma vez que sempre que $\diamond p \rightarrow \square q$ é verdadeira, (20) também o é, mas existem contextos em que (20) é verdadeira; contudo, $\diamond p \rightarrow q$ é falsa – como exemplo os casos de condicionais concessivas com *nem*.

Sobre a força dos modais nas condicionais concessivas com o *nem*, concordamos com Cavaguti (2018) quando afirma que a força modal referente à sentença nuclear é a de necessidade pela presença do modo indicativo, que é o modo do português para descrição do *realis*, a realidade (MARQUES; OLIVEIRA, 2016, p. 410). Porém, para a condição p , mesmo que concordemos que ela seja uma *possibilidade*, acreditamos que (20) ainda não é suficiente para representar as sentenças condicionais concessivas com *nem*, uma vez que ela não exprime p em função de escalaridade. Assim, é necessário que refinemos (20).

Sabemos que a condição p , que está no foco do *nem*, é a condição mais provável a tornar o enunciado q verdadeiro (OLÍMPIO, 2005). Dessa forma, podemos assumir que o foco de *nem* é a melhor condição para satisfazer $\diamond p$. Kratzer (2012, p. 41) afirma que uma proposição x é uma

14 \wedge (e), conjunção lógica.

possibilidade melhor que a proposição y se, e somente se, em relação a uma fonte de ordenação e uma base modal, x tem mais mundos melhor ranqueados do que y , ou seja, existem mais mundos que contém x próximos ao mundo ideal do que mundos que contém y .

Para que possamos exprimir a melhor condição possível, presente nas interpretações das sentenças condicionais concessivas com o *nem*, precisaremos da escala de elementos possíveis, uma vez que o *foco* é o melhor elemento dela. Para isso, assim como Kratzer (2012) propõe uma ordenação em função de mundos possíveis para a interpretação de um enunciado com um elemento modal, propomos aqui uma ordenação para o conjunto do *foco* que também esteja em função de mundos possíveis a fim de manter a consistência da análise.

Como já levantado, as condicionais concessivas são regidas por uma base modal epistêmica. Dessa forma, o *nem* também será regido pela mesma base, podendo ter o tipo de sua fonte de ordenação variável entre os tipos já elencados. Para a construção da escala, poderíamos considerar que o melhor elemento no *foco* é aquele que faz com que a base modal tenha o maior número de mundos possíveis de avaliação, ou seja, aquele que torna a proposição q verdadeira na maior parte dos mundos possíveis de avaliação. Porém, essa quantificação não levaria em consideração a fonte de ordenação que delimita as proposições, no caso de (8), teríamos todos os mundos em que *João corre*, inclusive os mundos em que *João corre e não pega o ônibus*.

Assim, a fim de elencar apenas os mundos em que *João corre* e *João pega o ônibus*, consideraremos tanto a quantidade total de mundos da base modal, como também a quantidade de mundos dentro da base modal, em que *João corre* e *João pega o ônibus* são verdadeiras. Para isso, utilizaremos a razão entre a *cardinalidade dos mundos possíveis da base modal do enunciado* (a quantidade de mundos possíveis dentro da base modal, ou seja, todos os mundos epistêmicos em que *João* realiza alguma ação para

pegar o ônibus) e a *cardinalidade dos mundos possíveis na base modal em que João pega o ônibus* (a quantidade de mundos possíveis dentro da base modal em que a ação de João acarreta em ele pegar o ônibus). Todavia, essa razão é a probabilidade condicional dos mundos em que João pega o ônibus dada a probabilidade dos mundos em que João realiza alguma ação para pegar o ônibus.

Em resumo, segundo nossa proposta, o melhor elemento da escala gerado pelo *nem* é o elemento que tenha a maior probabilidade de **q** dado **p** (doravante $P(\mathbf{q}|\mathbf{p})$). Assim, seguindo a definição de Roth (1992), podemos aplicar essa relação em todos os elementos do domínio do *foco*, de maneira que:

<i>Escala Pragmática de elementos possíveis do foco de nem</i>
Seja F o conjunto de elementos possíveis gerados a partir do domínio de um <i>foco</i> . Seja E a escala pragmática resultante de sua ordenação parcial. Para todo $\mathbf{f}_x \in \mathbf{F}$ todo $\mathbf{f}_y \in \mathbf{F}$: O elemento $\mathbf{f}_n \in \mathbf{F}$ também existe em E , se e somente se, $P(\mathbf{q} \mathbf{f}_n) > 0$; O elemento $\mathbf{f}_x \in \mathbf{E}$ antecede o elemento $\mathbf{f}_y \in \mathbf{E}$, se e somente se, $P(\mathbf{q} \mathbf{f}_x) \geq P(\mathbf{q} \mathbf{f}_y)$.

Mais claramente, a escala pragmática **E** em função do foco de *nem* é um subconjunto do conjunto **F** originado por um *foco*, em que o elemento \mathbf{f}_n está em **E** e **F** se, e somente se, existe ao menos um mundo, dentro da base modal, em que \mathbf{f}_n e **q** ocorram simultaneamente ($P(\mathbf{q}|\mathbf{f}_n) > 0$). E essa escala é parcialmente ordenada em função da probabilidade de **q** ocorrer junto a \mathbf{f}_n em um mundo possível¹⁵.

É destacável que a ordenação dessa escala é crescente, indo do item de menor relevância para o de maior relevância, considerando que o *nem* indica um *elemento relevante*. Caso o elemento escalar, que acione

15 Portner (2009) traz a demonstração para escalas em relação a modais não condicionais em função de probabilidade. Todavia, baseamos a construção da escala em função da demonstração da interação entre probabilidade e a proposta de Kratzer (2012), presente em Kratzer (2012, p. 42-43).

a escala, considere *elementos irrelevantes*, assim como o *até* (CAVAGUTI, 2018 p. 62), a ordenação da escala seria decrescente, indo do item de maior relevância para o item de menor relevância (O elemento $f_x \in E$ antecede o elemento $f_y \in E$, se e somente se, $P(q|f_x) \leq P(q|f_y)$).

Para validar nossa proposta de ordenação escalar, tomemos (8) (*Nem correndo, o João pegará o ônibus*) como exemplo. Se o elemento p é *correr*, então o conjunto F contém todos os elementos do domínio de *correr* que o possam substituir, de maneira que a escala E contenha apenas os elementos do domínio de *correr* que não são disjuntos a q (*João pegará o ônibus*). Em outras palavras, existe ao menos um mundo em que p e q acontecem, ordenados da menor probabilidade condicional entre p e q para a maior, resultando em um conjunto que vai da ação menos provável que *João* possa realizar para pegar o ônibus (podemos estimar ingenuamente *engatinhar*) para a ação mais provável (não necessariamente *correr* como visto pelo cancelamento da implicatura escalar).

Com isso, podemos substituir “ $\diamond p$ ” por “ p é possivelmente a melhor opção” em função da escala, obtendo nossa proposta final para os enunciados condicionais concessivos com o *nem*¹⁶:

$$(21) p \rightarrow \text{Max}(E)^{17} \wedge p \rightarrow \neg q \mid U \rightsquigarrow \exists E$$

Em língua natural, p tende ao elemento máximo da escala E (p tende a ser a melhor possibilidade existente) além de p implicar *não- q* ¹⁸, tal que o enunciado U implica conversacionalmente a existência da escala E ¹⁹.

A substituição do modal de possibilidade por uma notação em função de *tendência* é dada pela cancelabilidade da implicatura escalar, o

16 Estamos usando o símbolo \rightarrow para a notação de tendência. $y \rightarrow z$, lido como y tende a z .

17 $\text{Max}(X)$, lido como o elemento máximo de X .

18 Diferentemente de (20), em (21) p implica *não- q* , isso ocorre pois, como já descrito, a presença do *nem* no enunciado faz com que a oração nuclear seja negada.

19 Removemos o modal de necessidade da interpretação final uma vez que: $\Box \neg q \rightarrow \neg q$, se $p \rightarrow \Box \neg q$, logo, por transitividade, $p \rightarrow \neg q$

foco do *nem* é uma opção muito próxima da melhor opção possível, sendo um candidato muito próximo ao máximo da escala **E**; mas, ainda assim, podem existir elementos que sejam melhores que ele.

Para verificar se (21) é condizente com a interpretação de (8), basta substituímos o foco de *nem* e a sentença nuclear em (8), respectivamente, *correr* e *João pegará o ônibus*, por **p** e **q** em (21):

$$(22) \mathbf{p} \rightarrow \text{Max}(\mathbf{E}) \wedge \mathbf{p} \rightarrow \neg \mathbf{q} \mid \mathbf{U} \rightsquigarrow \exists \mathbf{E}$$
$$\text{correr} \rightarrow \text{Max}(\mathbf{E}) \wedge \text{correr} \rightarrow \neg(\text{o João pegará o ônibus}) \mid \mathbf{U} \rightsquigarrow$$
$$\exists \mathbf{E}$$

Em língua natural, *correr* tende ao máximo da escala **E** (é um elemento muito próximo da melhor possibilidade possível para fazer com que *João pegue o ônibus*), e *correr* implica que o João não pegará o ônibus. *Nem correndo o João pegará o ônibus* implica conversacionalmente a existência da escala **E**. Como *correr* é um elemento no topo da escala, todos os outros elementos com índice menor que *correr* também serão negados, gerando a implicatura *não importa o que João faça, ele não pegará o ônibus* presente em (14). Deve-se salientar que a implicatura é gerada pelas características da escala pragmática sobre a qual *nem* age; o item lexical apenas indica o posicionamento de seu *foco*, como um item de alto índice, em relação à escala.

É interessante ressaltar que, como o *nem* indica um elemento próximo ao máximo da escala, quanto mais alto for o índice do elemento, mais “difícil” é para que a oração principal seja verdadeira, fazendo com que a força modal esteja diretamente relacionada ao elemento focalizado:

$$(23) \text{Nem correndo, o João pegará o ônibus} \rightsquigarrow \text{O João não pegará o ônibus}$$

$$(24) \text{Nem voando, o João pegará o ônibus} \rightsquigarrow \text{Difícilmente o João}$$

pegará o ônibus

(25) Nem em sonho, o João pegará o ônibus \rightsquigarrow É impossível que o João pegue o ônibus

Em contrapartida, elementos focalizados que tenham índices longe do máximo da escala geram sentenças pragmaticamente anômalas, não importando se as condições tenham índices muito baixos:

(26) (?) Nem engatinhando, o João pegará o ônibus

Ou, até mesmo, tenham índices intermediários:

(27) (?) Nem caminhando, o João pegará o ônibus

Uma vez que esse tipo de condição, por estar distante do máximo da escala, não apresenta concessividade.

Ademais, por mais que tenhamos realizado a demonstração do comportamento do *nem* em função das condicionais concessivas, o mesmo comportamento escalar é verificável em orações simples, mas que apresentem concessividade:

(28) Nem o João foi à festa \Rightarrow *A pessoa mais provável a ir à festa é o João e João não foi à festa \rightsquigarrow Ninguém foi à festa*

(29) Nem à festa a Maria foi \Rightarrow *O local mais provável que maria visitasse era a festa e Maria não foi à festa \rightsquigarrow Maria foi a lugar nenhum/Maria não saiu de casa*

Da mesma forma como em (8) (*Nem correndo, o João pegará o ônibus*), o foco do *nem* recai sobre o elemento focalizado, o nome *João*, em (28), e o substantivo *festa*, em (29), e o escopo da negação recai sobre a proposição vinculada ao enunciado, *João ir à festa* para (28), e *Maria ir à*

festa para (29). A diferença é que, ao invés de serem geradas em função de duas proposições, as escalas relativas aos exemplos são originadas a partir do *foco* do *nem* e da proposição vinculada ao enunciado.

Nesses exemplos, a relação de probabilidade condicional entre as proposições ($P(\mathbf{q}|\mathbf{p})$) é substituída pela relação de probabilidade condicional entre o elemento gramatical focalizado e a proposição do enunciado ($P(\mathbf{q}|\mathbf{e})$), ou seja, o melhor elemento da escala é o que tenha a maior probabilidade $P(\mathbf{q}|\mathbf{e})$, assim como ocorre com as condicionais concessivas, no caso, a *pessoa mais provável a ir à festa* em 28, e o *lugar mais provável ao qual Maria fosse*.

Ao se negar que *João foi à festa* na escala, nega-se o mesmo para todos os outros elementos com índice menor, isto é, as *outras pessoas que poderiam ir à festa*. Analogamente, ao se negar que *Maria foi à festa*, nega-se o mesmo para todos os outros elementos com índice menor da escala, a saber, os *outros lugares possíveis de Maria ir*.

Por fim, é destacável que a forma de (20) ($\diamond \mathbf{p} \wedge \mathbf{p} \rightarrow \square \mathbf{q}$) é aplicável à todas as estruturas condicionais concessivas que tenham em sua composição um elemento escalar, necessitando apenas da alteração da força modal envolvida no modal de possibilidade. Como estamos lidando com o *nem*, substituímos o modal de possibilidade genérico (\diamond) por um modal de possibilidade que também indica “quão boa” a proposição é em função de uma escala. Dessa maneira, a mesma abstração pode ser realizada com o *até* em orações condicionais concessivas, com o adendo de que o *até* exprime comportamento inverso do *nem* (CAVAGUTI, 2018, p. 61-63), indicando um elemento na posição máxima de uma das escalas em ordenação decrescente²⁰:

20 Estamos utilizando a notação E^+ para indicar que a escala referente ao *até* segue os mesmos padrões da escala para o *nem*, mas está ordenada de maneira invertida, ou seja, decrescente, iniciando no melhor elemento e terminando no pior elemento.

(30) Até com os pés amarrados, o João marca o gol

$p \rightarrow \text{Max}(E^{-1}) \wedge p \rightarrow q \mid U \rightsquigarrow \exists E^{-1}$

estar com os pés amarrados $\rightarrow \text{Max}(E^{-1}) \wedge$ *estar com os pés amarrados* \rightarrow (o João marcar o gol) $U \rightsquigarrow \exists E^{-1}$

Em língua natural, *estar com os pés amarrados* tende ao máximo da escala (E^{-1}), é um elemento muito próximo da pior possibilidade para fazer com que *João marque o ônibus*, e *estar com os pés amarrados* implica que o *João marque o gol*. Até com os pés amarrados, o *João marca o gol* implica conversacionalmente a existência da escala E . Como *estar com os pés amarrados* é um elemento no topo da escala, todos os outros elementos com índice menor que *estar com os pés amarrados* também serão negados, gerando a implicatura *não importa o que João faça, ele marcará o gol*.

Considerações finais

Ao longo do texto, realizamos uma revisão da literatura acerca do *nem*, para que fosse possível realizar uma análise acerca dos enunciados condicionais concessivos que contenham o operador. Constatamos que o *nem* tem como argumentos um *foco* e o *escopo* da negação, de maneira que ambos não estão limitados a ocorrer no mesmo elemento.

Demonstramos que enunciados do tipo *nem p/nem que p, q* contêm modalidade e concessividade, conforme a proposta de Kratzer (2012) e a análise de Cavaguti (2018). Sobre a modalidade envolvida com relação a enunciados condicionais concessivos contendo o *nem*, os enunciados exprimem dois modais: um de possibilidade, vinculado à condição, e um de necessidade, vinculado à sentença nuclear, que têm como base modal uma base epistêmica, sendo a fonte de ordenação dependente da condição vinculada do enunciado, conforme Cavaguti (2018), o que permite que a

fonte de ordenação possa assumir diferentes tipos.

Também pudemos demonstrar como é possível organizar parcialmente, em função de mundos possíveis, por meio da proposta de Roth (1992) e da proposta de Kratzer (2012), o conjunto procedente do *foco* do enunciado para gerar uma escala pragmática de elementos possíveis, utilizando a probabilidade do *escopo* da negação condicionada ao *foco* do operador ($P(q|p)$).

Por fim, demonstrou-se que o enunciado *Nem que corra/Nem correndo, o João pegará o ônibus* é regido por uma interpretação semântica que leva em consideração a modalidade envolvida em sentenças condicionais concessivas, uma escala pragmática de elementos possíveis e o elemento de maior índice da escala. O *nem* nega a sentença principal para o elemento focalizado na escala, fazendo com que todos os outros elementos, com índice menor, sejam negados, e gerando assim a implicatura escalar de *não importa p*, $\neg q$.

Referências

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 46. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

BAKKER, E. J. *Linguistics and formulas in Homer: scalarity and the description of the particle per*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1988.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 36. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira e Editora Lucerna, 2009.

CANCEIRO, Nádia; MATOS, Gabriela; COLAÇO, Madalena. Especificidades de *nem* coordenativo em português europeu. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, n. 4, p. 34-47, 2018. DOI: 10.26334/2183-9077/rapln4ano2018a29. Disponível em: <https://ojs.apl.pt/index.php/RAPL/article/view/30>. Acesso em: 27/06/2022

CAVAGUTI, Ana Paula. *Uma análise semântico-pragmática das construções condicional-concessivas no português do Brasil*. 2018. 160 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/10080>. Acesso em: 25/05/2021.

CONEGLIAN, André Vinicius Lopes. *A expressão do significado concessivo no português brasileiro: as construções gramaticais na interface com padrões e sistemas cognitivos*. 2019. 125 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2019.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Filipe Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo, revista e aumentada*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

FREGE, Gottlob *et al.* Sobre o sentido e a referência. *Fundamento*, n. 3, 2011. Disponível em: https://periodicos.ufop.br/fundamento/article/view/2271#_ftn1. Acesso em: 27/06/2022

OLIVEIRA, Roberta Pires de; SCARDUELLI, Jaqueline Alves. Explicando as diferenças semânticas entre TER QUE e DEVER: uma proposta em semântica de mundos possíveis. *ALFA: Revista de Linguística*, v. 52, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1476>. Acesso em: 27/06/2022.

FONTES, Michel Gustavo. Construções concessivas e concessivo-condicionais com ainda que. *Estudos Linguísticos* (São Paulo. 1978), v. 45, n. 1, p. 126-141, 2016. DOI: 10.21165/el.v45i1.751. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/751>. Acesso em: 27/06/2022

GRICE, Herbert P. Logic and conversation. In: *Speech acts*. Brill, 1975. p. 41-58.

HORN, Laurence Robert; WANSING, Heinrich. *Negation*. 2015. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/negation/>. Acesso em: 25/05/2021.

JUSTINO, Agameton Ramsés. *Construções focalizadoras x que só no português brasileiro*. 2018. 147 f. Tese (Doutorado em Linguística) -

Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9137>. Acesso em: 03/05/2022.

KRATZER, Angelika. Conditional necessity and possibility. In: *Semantics from different points of view*. Springer, Berlin, Heidelberg, 1979. p. 117-147.

_____, *Modals and conditionals: New and revised perspectives*. Nova York: Oxford University Press, 2012.

LAKA, Itziar. *On the Syntax of Negation*. Londres: Routledge, 2019.

LEVINSON, Stephen Curtis. *Pragmática*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LONGHIN, Sanderléia Roberta. *A gramaticalização da perífrase "só que"*. 2003. 217 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Campinas, Campinas, 2003. DOI: 10.47749/T/UNICAMP.2003.280444. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1593821>. Acesso em 27/06/2022.

VIEIRA, Caio Aguiar; SOUSA, Valéria Viana. Que nem no Twitter: o processo de gramaticalização da partícula que nem nas mídias sociais. In: Colóquio do Museu Pedagógico, 11., 2015, Vitória da Conquista. *Anais do XI Colóquio do Museu Pedagógico*. Brasil: Museu Pedagógico - Uesb, 2015. p. 2999-3011.

OLÍMPIO, Ariadne Mattos. O item nem no português brasileiro. *Estudos Linguísticos XXXIV*. 2005, p. 962-967.

MARQUES, Rui; OLIVEIRA, Roberta Pires de. Mood and Modality. *Handbook of Portuguese Linguistics*. Wiley Blackwell, to appear, p. 408-24, 2016. DOI: 10.1002/9781118791844.ch22. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/9781118791844.ch22>. Acesso em: 27/06/2022.

PARTEE, Barbara H. *Montague Grammar*. Cambridge: Academic Press, 1976.

ROOTH, Mats. A theory of focus interpretation. *Natural Language Semantics*, [S.L.]. v. 1, n. 1, p. 75-116, fev. 1992. Springer Science and Business Media LLC. DOI: <http://dx.doi.org/10.1007/bf02342617>.

SPERANZA, John L.; HORN, Laurence R. A brief history of negation. *Journal of Applied Logic*. v. 8, n. 3, p. 277-301, 2010.

VON FINTEL, Kai; HEIM, Irene. Intensional semantics. Primavera de 2021. Notas de Aula. Disponível em: <https://github.com/fintelkai/fintelheim-intensional-notes/blob/master/IntensionalSemantics.pdf>. Acesso em: 03/05/2021.

WANSING, Heinrich. Negation. In: GOBLE, Lou. *The Blackwell guide to philosophical logic*. Hoboken: Blackwell Publishing Ltd, 2017. p. 415-436.

'Nem', it is worth to know how it works: a formalization proposal for 'nem' concessivity trigger in Brazilian Portuguese

Abstract: This article intends to analyze, based on the theoretical assumptions of Intensional Semantics (ROTH, 1992; KRATZER, 2012), in the metalanguage of Formal Semantics (PARTEE, 1976) and Pragmatics (LEVINSON, 2007; GRICE, 1975), concessive conditional utterances that contain the operator nem as a triggering negation of concessivity in Brazilian Portuguese (Not even running/Not running, João will take the bus), to postulate a possible formal behavior for cases like the ones exemplified here. Thereunto, we reviewed nem, to elucidate its negative feature and its characteristics of focus and scalarity, the object on which this analysis is focused more closely. We will also demonstrate how a pragmatic scale of possible elements involved in concessive conditional utterances with nem can be ordered in terms of possible worlds from the proposals of Roth (1992) and Kratzer (2012).

Keywords: Conditionals. Concessivity. Modality. Negation. Nem.

Recebido em: 22/09/2021

Aceito em: 08/06/2022